

## **Conclusões do Encontro Empresarial Ibero-Americano**

### ***“Um Impulso para a Integração Económica”***

***Salamanca, Espanha, 13 de Outubro de 2005***

Os participantes do Encontro Empresarial Ibero-Americano, sob o título “Um Impulso para a Integração Económica”, reunidos no dia 13 de Outubro de 2005 na cidade de Salamanca **EXPÕEM:**

#### ***Acerca do clima dos negócios***

1. Estamos a viver num contexto económico internacional muito favorável, que a maioria dos países da Ibero-América está a aproveitar para melhorar substancialmente os seus indicadores macroeconómicos.
2. Não obstante, as políticas económicas não devem cair no esquecimento. O crescimento da região continua a estar abaixo do de outras economias emergentes, que apresentam maiores taxas de investimento, poupança e produtividade. O desafio é fomentar o investimento privado.
3. As mudanças de governo não devem afectar as condições básicas da política económica dos países. O défice fiscal, a inflação ou o aumento da dívidas externas não são políticas progressistas.
4. Para promover um consenso sobre as principais políticas públicas devem-se criar mecanismos de diálogo entre governo, empresários e outras organizações representativas, tendo como requisito fundamental o progresso do bem-estar da população. O diálogo e a difusão da prosperidade são a melhor garantia da permanência das reformas e dos benefícios económicos que se consigam.
5. Uma maior prosperidade e bem-estar exigem um aumento do investimento privado e da produtividade. As principais barreiras para o seu melhoramento são a insuficiente estabilidade política e económica, a insegurança jurídica e a instabilidade do quadro legal, e as dificuldades de acesso ao crédito das pequenas e médias empresas.

### ***Acerca da integração energética***

6. São necessárias políticas de vertebração regional que permitam o desdobrar de infra-estruturas energéticas e a criação de instituições de mercado para facilitar o acesso universal ao serviço eléctrico.

7. O desenvolvimento de redes de integração energética exige um quadro jurídico e regulador harmonizado entre países que ofereça segurança aos investimentos.

8. Mas, a integração energética precisa, sobretudo, de uma decidida vontade política. Para tal, os países devem ter presente que a integração energética é uma oportunidade de criar valor económico para os consumidores e os produtores. Portanto, devem procurar-se mecanismos para assegurar que todos beneficiam desta criação de valor.

### ***Acerca da integração dos serviços de infra-estrutura***

9. O desenvolvimento das infra-estruturas de integração está muito por baixo dos níveis óptimos, tendo caído notavelmente o investimento nos últimos 5 anos. As instituições de crédito multilateral só podem financiar uma pequena parte das necessidades de infra-estruturas. Neste sentido, é necessário fomentar tanto o investimento público como o privado, incluindo esquemas de participação público-privadas.

10. A contribuição das Tecnologias da Informação e do Conhecimento é essencial para o desenvolvimento. Existe uma ruptura neste campo em relação aos países mais desenvolvidos que exige o aumento da competência entre redes de telecomunicações, criar estabilidade dentro do quadro regulador, e completar o processo de privatizações.

11. Os países carecem de uma adequada regulamentação acerca da segurança das transacções comerciais pela Internet e de mecanismos de coordenação e medidas para prevenir e punir a fraude electrónica.

### ***Acerca da integração comercial e financeira***

12. A experiência mostra que os países que tiveram taxas de crescimento altas nos últimos 30 anos foram aqueles inseridos em processos de abertura das suas economias. Os Tratados de Livre Comércio funcionam, mas com diferentes intensidades.

13. As economias ibero-americanas foram tradicionalmente fechadas. Detecta-se que há uma baixa integração comercial entre estes países por múltiplos factores. No campo extra-regional, torna-se necessária uma maior abertura agrícola dos países mais desenvolvidos na Rodada de Doha.

14. Os actores económicos estão de acordo em que a falta de acesso ao crédito das pequenas e médias empresas é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento empresarial. Além disso, esta escassez de crédito contrasta com a liquidez, solvência e capacidade técnica dos bancos da região. Exige-se, em particular, uma melhoria do quadro legal relativamente ao procedimento dos concursos para facilitar uma expansão do crédito.

### **Fruto destas reflexões, os participantes do Encontro Empresarial Ibero-Americano SOLICITAM:**

1. Que a Secretaria-Geral Ibero-Americana promova a criação de um espaço empresarial Ibero-Americano, no qual os empresários identifiquem os problemas que travam o crescimento em cada um dos nossos países e procurem soluções específicas. Para tal, sugere-se a criação de um Conselho Assessor Empresarial de apoio à Secretaria-Geral Ibero-Americana. Solicitamos que se estabeleça algum mecanismo para que as Conclusões do Encontro Empresarial sejam partilhadas de forma directa com os Chefes de Estado e de Governo.

2. Que se realize anualmente este Encontro Empresarial no quadro da Cimeira Ibero-Americana, com o objectivo de definir e rever uma Agenda de Trabalho. A Secretaria-Geral deveria desenvolver o conteúdo, compromissos e pontos mais importantes da Agenda.

3. Que a referida Agenda Ibero-Americana atenda prioritariamente e promovendo um quadro de segurança jurídica:

**a)** o baixo nível de acesso aos serviços bancários e financeiros,

**b)** o alto custo e vulnerabilidade do fornecimento energético,

**c)** a escassez de infra-estruturas,

**d)** a baixa produtividade de muitas das médias e pequenas empresas. Para tal, a Secretaria-Geral convocará estas mesas de diálogo, antes do próximo Encontro Empresarial, e promoverá alianças estratégicas entre empresas médias e pequenas de diferentes países, em sectores-chave para o aproveitamento das sinergias do espaço ibero-americano.